REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

UMA ANÁLISE SOBRE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

AN ANALYSIS OF INTEGRATIVE AND COMPLEMENTARY HEALTH PRACTICES AND AUTISM SPECTRUM DISORDER

UN ANÁLISIS SOBRE PRÁCTICAS INTEGRATIVAS Y COMPLEMENTARIAS EN SALUD Y TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA

Maria Eduarda Gregório dos Santos
Psicóloga. Mestranda em Psicologia (início em 2026), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil
E-mail: maridugregorio@gmail.com

Lucas Silva de Araújo
Graduando do curso de Psicologia (início em 2025), Bolsista IC-UFGD/CNPq (ciclo 2026-2027), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil
E-mail: lucas.araujo210@academico.ufgd.edu.br

Bruna Aparecida Fiuza
Psicóloga. Mestranda em Psicologia (início em 2026), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil
E-mail: kaveskibruna@gmail.com

Felipe Maciel dos Santos Souza
Doutor em Psicologia Experimental: Análise do comportamento. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil
E-mail: felipesouza@ufgd.edu.br

Resumo
O transtorno do espectro do autismo (TEA), é um transtorno do neurodesenvolvimento que atinge, principalmente, a comunicação e a interação social. Nos últimos anos, observa-se um aumento significativo de casos de TEA no mundo e no Brasil. Percebe-se que o aumento de diagnóstico é seguido pelo aumento de interesse científico pelo TEA. Com este estudo pretende-se refletir de maneira crítica acerca dos impactos da utilização de ozonioterapia e demais Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) como terapia integrativa para o Transtorno do Espectro Autista no Sistema Único de Saúde (SUS) e em clínicas ou centros de saúde particulares. A partir de um levantamento bibliográfico, realizado entre agosto e outubro de 2026, percebe-se que as PICS estão ganhando espaço no sistema de saúde brasileiro frente às grandes demandas de atendimento e as diversas patologias existentes. Entretanto, nem todas as práticas regulamentadas possuem evidências o suficiente para suprimir ou integrar tratamentos já consolidados, como é o caso da ozonioterapia para o TEA frente à intervenção analítico comportamental aplicada (ABA).
Palavras-chave: Autismo; intervenção; pesquisa; terapia.

Abstract
Autism spectrum disorder (ASD) is a neurodevelopmental disorder that primarily affects communication and social interaction. In recent years, a significant increase in ASD cases has been observed worldwide and in Brazil. It is noticeable that the rise in diagnoses is followed by an increase in scientific interest in

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

ASD. This study aims to critically reflect on the impacts of using ozone therapy and other Integrative and Complementary Health Practices (PICS) as an integrative therapy for Autism Spectrum Disorder within the Unified Health System (SUS) and in private clinics or healthcare centers. Based on a literature review conducted between August and October 2026, it is evident that PICS are gaining ground in the Brazilian healthcare system in response to high service demands and various existing pathologies. However, not all regulated practices possess sufficient evidence to replace or integrate with already consolidated treatments, as is the case with ozone therapy for ASD compared to applied behavioral analytic (ABA) intervention.
Keywords: Autism; intervention; research; therapy.

Resumen
El trastorno del espectro autista (TEA) es un trastorno del neurodesarrollo que afecta, principalmente, la comunicación y la interacción social. En los últimos años, se observa un aumento significativo de casos de TEA en el mundo y en Brasil. Se percibe que el aumento del diagnóstico es seguido por el incremento del interés científico por el TEA. Con este estudio se pretende reflexionar de manera crítica acerca de los impactos de la utilización de la ozonoterapia y demás Prácticas Integrativas y Complementarias en Salud (PICS) como terapia integrativa para el Trastorno del Espectro Autista en el Sistema Único de Salud (SUS) y en clínicas o centros de salud particulares. A partir de un levantamiento bibliográfico, realizado entre agosto y octubre de 2026, se percibe que las PICS están ganando espacio en el sistema de salud brasileño frente a las grandes demandas de atención y las diversas patologías existentes. Sin embargo, no todas las prácticas reguladas poseen evidencias suficientes para suprimir o integrar tratamientos ya consolidados, como es el caso de la ozonoterapia para el TEA frente a la intervención analítico-conductual aplicada (ABA).
Palabras clave: Autismo; intervención; investigación; terapia.

1. Introdução

Em 1911, o termo “autista” foi utilizado nas pesquisas do psiquiatra suíço Eugen Bleurer (1857 - 1939) para identificar pessoas que apresentavam dificuldade na interação social e deficiência mental, sendo caracterizadas pelo funcionamento esquizofrênico e psicótico (Barbosa; Furcin; Zanon, 2022). Apesar dessa denominação, pesquisas na área das patologias infantis ainda eram escassas. A psiquiatra infantil soviética Grunya Efimovna Sukhareva foi a pioneira na descrição clínica do autismo, publicando seu trabalho em 1925 (em russo) e 1926 (em alemão), quase duas décadas antes de Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944) (Pozzi; Riesgo; Assumpção Junior, 2024).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) está descrito no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR) como um dos Transtornos do Neurodesenvolvimento, caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em diferentes contextos, associados à presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Essas manifestações devem estar presentes no período inicial do desenvolvimento do

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

indivíduo e limitam ou prejudicam o seu funcionamento diário, sendo subdivididos em três níveis de gravidade, sendo eles: nível 1, que requer suporte; nível 2, que requer suporte substancial; e nível 3, que requer suporte muito substancial (APA, 2023). A classificação em níveis de suporte se dá, principalmente, para guiar o tratamento, estabelecendo critérios e necessidades a serem observadas e mediadas pelos profissionais.

Os principais registros da presença deste transtorno no Brasil iniciaram em 1980, e desde então, graças ao acesso a avaliação psicológica e a informação especializada, tem crescido cada vez mais o número de crianças, jovens ou adultos diagnosticados com TEA.

Atualmente, observa-se um aumento significativo de casos de TEA no mundo e no Brasil. Dados recentes do Censo demográfico brasileiro revelaram que, no país, há 2,4 milhões de pessoas com TEA, representando 1,2% da população (Dórea; Costa, 2025). Esse contingente populacional passa por diversas questões que os colocam enquanto um grupo vulnerável e permeado por sofrimentos dados seus déficits de habilidades sociais, de comunicação e de autorregulação.

O crescente número de casos pode ser compreendido em razão do aperfeiçoamento do diagnóstico e disseminação dos meios para obtê-lo, assim como do maior acesso da população aos tipos de intervenção. Percebe-se que o aumento de diagnóstico é seguido pelo aumento de interesse científico pelo TEA, como indicam as pesquisas de Matos et al (2023), Cardenas e Souza (2026) e Garcia e Souza (2025).

Nesse contexto, diversas áreas do conhecimento se debruçaram a estudar com afinco possíveis intervenções para a prevenção e/ou tratamento do TEA, dentre elas a Análise do Comportamento Aplicada, uma área da ciência da Análise do Comportamento que ganhou lugar no setting psicológico haja vista a robustez e aplicabilidade dos estudos e intervenções desenvolvidas com este público (Mizael; Ridi, 2022).

Instituições como *Frank Porter Graham Child Development Institute (FPG)*, da *University of North Carolina em Chapel Hill (UNC-Chapel Hill)* e a Sociedade Brasileira de Neurologia Infantil (SBNI) concordam, após revisões sistemáticas e a avaliação de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

estudos baseados em evidências científicas, que existem 28 práticas fortemente recomendadas para o tratamento no TEA (Van Der Liden Junior et al., 2025), e dentre essas a grande maioria está postulada nos princípios e estratégias utilizadas pela *Behavior Applied Analysis (ABA)*, o que a torna uma referência com robustez metodológica para tratar problemas comportamentais que acometem pessoas autistas ao redor do mundo. No Brasil essa prática tem ganhado lugar, principalmente, em clínicas particulares de psicologia voltadas para o desenvolvimento e a intervenção com o público infanto-juvenil.

Outrossim, em 2025 o Conselho Federal de Psicologia (CFP) emitiu a “Nota Técnica 23/2025 TEA” orientando acerca da atuação psicológica em intervenções ABA no contexto do TEA, porém tal documento não regulamenta a prática e nem torna obrigatória a fiscalização de aspectos éticos dessa atividade. Ademais, os estudos para especialização dos profissionais que irão atuar na intervenção ainda são pouco acessíveis, estando em grande parte restritos a cursos e formações promovidos por empresas e centros educacionais particulares, que são em grande parte não restritos a psicólogos ou profissionais com formação prévia nas áreas da saúde e da educação (CFP, 2025).

Aliado a tais fatos, uma das características da ABA é o serviço intensivo quando relacionado a prática psicológica, uma vez que consideradas as características individuais e os objetivos da intervenção, faz-se necessário o acompanhamento contínuo. Assim, embora seja fortemente recomendada e uma abordagem ampla com diversos procedimentos, não havendo ainda qualquer outra com tantas robustez metodológica e amplitude de aplicabilidade, é comum que pais e/ou responsáveis não consigam custear a quantidade de sessões recomendadas, ou até mesmo com qualquer tipo de intervenção sob a perspectiva da ABA, fazendo com que milhares de crianças e adolescentes sigam tendo seu desenvolvimento sem o suporte necessário, prejudicando cada vez mais sua saúde.

Frente a esse cenário, desde 2018 o Ministério da Saúde Brasileiro tem autorizado o uso de, aproximadamente, 29 Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no Sistema Único de Saúde (SUS) e em clínicas ou centros de saúde particulares, vide a regulamentação da Anvisa. Dessa maneira, frente à

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

impossibilidade de obtenção do tratamento mais indicado de maneira gratuita e/ou acessível, dadas às dificuldades para aplicação desse serviço, diversas famílias tendem a escolher as terapias integrativas na esperança de um tratamento capaz de tratar e suprimir características e comorbidades associadas ao Transtorno do Espectro Autista, porém nenhuma das práticas existentes, nem mesmo aquelas com maior robustez de evidências científicas, se dedicam a essa supressão, e sim a promoção de habilidades para melhora na qualidade de vida destes sujeitos.

A Lei nº 14.648, de 4 de agosto de 2023, autorizou a realização da ozonioterapia como procedimento de caráter complementar em território nacional, e com isso é considerada uma das PICS supracitadas (BRASIL, 2023). Para sua aplicação por profissional de saúde é necessário obter: formação de nível superior, estar inscrito no respectivo conselho de fiscalização profissional, fazer o uso do equipamento como regularizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e informar ao paciente sobre o caráter complementar do procedimento (BRASIL, 2023). Os cuidados supracitados são necessários, pois essa atividade se caracteriza “pelo seu alto potencial de oxigenação tecidual, que pode ser através de aplicação local, apresentando propriedades antiágicas e anti-inflamatórias” (Matos, 2022).

Contudo, com a nova descoberta do ozônio e suas possíveis aplicações, diversos profissionais, de forma contrária às recomendações legais, e tendo eles formação adequada ou não, estão promovendo a prática da ozonioterapia como um tratamento complementar para comorbidades, como complicações gastrointestinais, e com este a melhora de comportamentos problema que podem acometer parte desse grande contingente populacional de pessoas diagnosticadas com TEA. Perante esta problemática, o presente texto tem como objetivo refletir de maneira crítica acerca dos impactos da utilização de ozonioterapia e demais PICS como terapia integrativa para o Transtorno do Espectro Autista.

2. Metodologia

Os materiais utilizados foram aparelhos computadores com acesso à internet e a sítios digitais de pesquisa e informação, como Google Acadêmico, PubMed, SciELO Brasil e sites institucionais. A pesquisa foi realizada entre agosto e outubro de 2026.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

Os artigos e livros pesquisados para elaboração deste ensaio teórico fundamentado em literatura científica continham as palavras chaves: ozonioterapia AND (autismo OR TEA); terapias integrativas AND (autismo OR TEA); análise do comportamento aplicada AND (autismo OR TEA); práticas integrativas AND (autismo OR TEA). Foram consideradas publicações nos idiomas português e inglês, sem filtros específicos. Após a realização das buscas, os estudos encontrados foram submetidos à leitura dos títulos, resumos e, quando pertinente, do texto completo, sendo selecionados aqueles considerados relevantes para a discussão proposta. Os quantitativos referentes a estudos encontrados, incluídos e excluídos não encontram-se disponíveis, sendo uma limitação do presente trabalho.

Em seguida, foi realizada uma leitura e avaliação crítica dos achados, buscando a correlação e eficiência das práticas relatadas e o tratamento para pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Destaca-se que a busca foi realizada, separadamente por três autores e houve comparação dos resultados que produziram uma listagem final de análise que, por sua vez, foi avaliada por pelo quarto autor que atuou como juiz.

Ressalta-se que a presente investigação foi baseada em dados disponíveis publicamente. Por isto, foram seguidos os princípios estabelecidos pelo *Committee on Publication Ethics* (COPE). Tais princípios foram respeitados em todos os aspectos da investigação. Ademais, o artigo foi desenvolvido em consonância com os princípios da integridade científica, observando as diretrizes estabelecidas por CNPQ (2026). Em conformidade com o disposto, foi utilizada a ferramenta de Inteligência Artificial Generativa *ChatGPT*, exclusivamente, como recurso de apoio à revisão textual, contemplando a correção ortográfica, a coerência e a coesão dos textos produzidos. Ressalta-se que a elaboração das análises, interpretações, argumentos e conclusões apresentadas são de inteira responsabilidade da autora e do autor.

3. Resultados e Discussão

3.1. Políticas Públicas e Práticas Integrativas em Saúde

Em 2006, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, também conhecida como PNPICS, tal documento regulamenta as principais práticas a serem consideradas viáveis para

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

utilização a depender do público e do contexto que cada quadro de saúde está inserido. Ao longo dos anos, o órgão publicou atualizou o documento lançando novas Portarias, e desde então as práticas nele recomendadas têm ganhado amplo espaço de formação e atuação entre a população.

O campo das terapias integrativas têm crescido de maneira expoente desde a sua regulamentação, e conjuntamente ao crescimento dos diagnósticos do transtorno do espectro autista, surgindo com isso práticas terapêuticas voltadas somente a atender esse público, sendo elas subdivididas em quatro domínios principais: “Intervenções de Medicina mente-corpo (destinadas a direcionar interações entre cérebro e o comportamento), Tratamentos baseados em biologia (oferece substâncias naturais como alternativas de tratamento), Manipulações e práticas baseadas no corpo, (que tentam tratar condições através da manipulação corporal) e Medicina energética, (“canalização de energia” com objetivo de promover a cura)” (Candido; Araóz, 2019).

Dada a vasta aplicabilidade dos domínios supracitados, as PICS atingem públicos diversos e depreendem do panorama cultural e socioeconômico inserido. Até o presente momento deste estudo, algumas das terapias integrativas com grande contingente de estudos correlacionando-as ao tratamento do TEA são a musicoterapia, acupuntura e equoterapia. As demais práticas como: arteterapia, biodança, dança circular, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia, terapia comunitária integrativa, apiterapia, constelação familiar, hipnoterapia, imposição de mãos, yoga, terapia de florais, aromaterapia, reiki, ayurveda e ozonioterapia (Soares; Santana, 2025), não serão detalhadas aqui, com exceção da última, dado seu ínfimo ou inexistente número de estudos correlacionando a mesma temática.

3.2. Panorama das PICS aplicadas ao TEA

Segundo Moura e Silva (2021), a musicoterapia consiste em um processo sistemático de intervenção no qual o terapeuta ajuda o paciente a promover sua saúde utilizando experiências musicais e a relação terapêutica. Nesse sentido, além do aumento de profissionais atuando na área, tem crescido também o contingente de estudos para verificar os efeitos dessa prática integrativa no TEA, por hora os achados comprovam eficácia principalmente ao que concerne a comunicação e interação

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

social.

De forma análoga, a acupuntura, uma técnica da medicina tradicional chinesa que utiliza a inserção de agulhas em pontos específicos do corpo para estimular a energia vital e promover o equilíbrio físico e emocional (Ministério da Saúde, 2015; Soares; Santana, 2025), surgiu como uma prática integrativa e com estudos que sugerem a mesma como eficaz para melhorar funcionalidades fundamentais do TEA (Lun et al., 2023).

Além do mais, a equoterapia também é uma terapia que pode ser integrada ao tratamento psicoterapêutico e tem vias de efetividade, em especial, no campo da fonoaudiologia, funcionando como ferramenta importante para o desenvolvimento de comunicação funcional em indivíduos com déficits persistentes dessa habilidade (Celeste et al., 2026).

Assim, algumas das PICS tem se colocado no campo do TEA como propostas partindo de uma abordagem interdisciplinar, e que com o aumento da demanda tem também se mostrado eficaz partindo de experiências práticas com essa comunidade. Até o presente, parte do que tem sido pesquisado e aplicado parte em sua maioria de inferências estatísticas, e isso se dá devido às limitações de aplicabilidade das pesquisas com seres humanos e a ausência de acesso aos serviços.

Um exemplo de limitação das pesquisas são os estudos que relacionam fortemente a *Fecal Microbioal Transplantation (FMT)*, Transplante de Microbiota Fecal, entre pessoas neurodivergentes e neurotípicas, e mudanças significativas de humor e comportamento em pacientes depressivos e/ou ansiosos. A Terapia de Transferência da Microbiota como também é conhecida, já foi testada para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista e envolveu juntamente a ela diversos tratamentos, como “o tratamento com antibióticos, uma limpeza intestinal, um supressor de ácidos gástricos e o transplante de microbiota fecal” (Chernikova et al., 2021). Assim, embora seja um procedimento com efeitos significativos no campo das habilidades sociais, ele ainda não se trata de um processo consolidado, haja vista que os estudos ainda são poucos e demandam diversos processos éticos, de pesquisa e conhecimento das manipulações realizadas para trabalhar com humanos.

Contudo, os poucos dados encontrados por vezes têm sido utilizados para

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

fundamentar a utilização da ozonioterapia com vias de aplicabilidade da FMT/MTT, porém essa correlação entre ambas as práticas além de não comprovada, pode ser também insegura ou insuficiente para o contexto do TEA. Assim, ainda que estudos relacionando processos fisiológicos e alterações comportamentais estejam ganhando espaço no campo de pesquisa, os achados até o presente momento não podem ser diretamente extrapolados para justificar a utilização terapêutica do ozônio neste grupo de pessoas. A ozonioterapia deve desenvolver metodologicamente suas próprias evidências, de modo a permitir a existência ou não de resultados efetivos a aquilo que se propõe.

Nesse sentido, atualmente esse campo de pesquisa se relaciona com a medicina, nutrição, microbiologia, neurologia, e a psicologia comportamental, e a imensa maioria deles não faz referência às terapias com ozônio. Devido a isso, por não serem regulamentados no campo da saúde dado o pequeno contingente de resultados para indivíduos com TEA, ou seja, ainda não existem dados relacionais suficientes que fundamentam tamanha manipulação ou mudança corporal (Chernikova et al., 2021), é possível inferir que a intervenção partindo destes procedimentos, ou de quaisquer outros com mudanças substanciais, pode acarretar em riscos indiretos e desconhecidos para os sujeitos envolvidos, principalmente se realizados por profissionais não concernentes e sem formação adequada na área.

Além do mais, a Anvisa emitiu a Nota Técnica nº 41/2026/SEI/GQUIP/GGTPS/DIRE3/ANVISA que orienta o uso de dispositivos médicos emissores de ozônio, principalmente no que refere-se a procedimentos estéticos ou odontológicos, e desde que as empresas apresentem estudos necessários à comprovação de sua eficácia e segurança. Dessa maneira, percebe-se que a regularização dos equipamentos também implica na necessidade de comprovação científica que justifique tal prática.

Nesta senda, a regulamentação propriamente da prática, ou seja, a forma que serão utilizados os dispositivos fica sujeita às normas dos respectivos conselhos de fiscalização. A exemplo do Conselho Federal de Medicina (CFM) (Matos, 2022), que ao se referir a terapeutas integrativos afirmam serem “prescritores que buscam uma centralização nos cuidados à saúde, (e) vem tentando provocar falta de credibilidade

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

aos sistêmicas das tratamento da ozonioterapia" (Souza et al., 2024).

Com isso, embora haja a inclusão da ozonioterapia na PNPICS, e a Anvisa regulamente o uso de dispositivos médicos emissores de ozônio, há também Conselhos Federais fiscalizadores das práticas que compreendem as limitações para certos profissionais em aplicar tal procedimento, e principalmente, em aplicar para públicos cuja validade científica com aquela amostra não fora comprovada anteriormente, como é o caso de pessoas autistas.

3.3. Análise crítica das práticas vigentes

O Quadro 1 organiza informações concernentes às práticas discutidas anteriormente, e reitera as limitações presentes nos estudos encontrados até o presente momento:

Quadro 1 - Aspectos investigados no contexto do TEA e limitações dos estudos encontrados

Prática	**Aspectos investigados no contexto do TEA**	**Limitações encontradas**
Musicoterapia	Habilidades comunicativas, sociais, motoras e expressivas	Necessidade de estudos mais robustos e diversos
Acupuntura	Comunicação, interação social e respostas sensoriais	Baixa qualidade de evidências e alto risco de viés na análise dos estudos encontrados
Equoterapia	Comunicação e Habilidades funcionais para rotina	Necessidade de estudos mais robustos e diversos
Ozonioterapia	Mudança em comportamentos interferentes	Insuficiência de evidências clínicas identificadas

Fonte: elaborado pelos autores com base nos estudos analisados (2026).

Dentre as limitações, duas das principais e concernentes a todas as PICS supracitadas seria a ausência ou baixa qualidade dos estudos encontrados até o momento, isso revela a necessidade de estudos mais robustos com maior generalidade de públicos-alvo e realizados na perspectiva de construção de evidências científicas para a execução de tais atividades.

Cidadãos que estão dentro do espectro, por vezes, necessitam de uma rede de apoio consolidada capaz de auxiliá-los na promoção de condições melhores de vida,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

e quando não o tem recorrem a profissionais cujos conhecimentos tragam transformação para ser e estar no mundo. A crítica aqui tecida considera que fatores socioemocionais e econômicos, como exaustão dos cuidadores de pessoas com TEA, famílias de baixa-renda e/ou que não podem custear um tratamento com profissionais certificados, e atrasos significativos no desenvolvimento de pessoas no espectro, são questões que podem colocar certos grupos em maior vulnerabilidade, e desse modo mais suscetíveis a corroborar com práticas “milagrosas”.

Por sua vez, a prática de serviços no Brasil está alicerçada pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor, em que os mesmos postulam acerca da Obrigação de Meio e Obrigação de Resultado, a primeira e mais cabível, em sua grande maioria, no âmbito da saúde, e é caracterizada por “quando o devedor compromete-se a empregar os meios necessários, com diligência, prudência e perícia, para alcançar determinado resultado, mas sem garantir que esse resultado será, efetivamente, alcançado” (Bernardes, 2025). Em relação a isso, torna-se um dever do responsável pela prática informar o usuário de seus serviços, e obter consentimento somente após explicitados os riscos indiretos ou desconhecidos do procedimento. A diligência profissional é cabível independente do tipo de obrigação contratual, pois os riscos, como supracitados, podem advir da substituição ou adiamento de cuidados necessários, uma vez que suas consequências são ainda desconhecidas.

Outrossim, a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial, grandes eventos que ressignificaram a percepção de saúde mental e o tratamento de pessoas diagnosticadas com transtornos, alertam para o assentimento e a participação ativa do sujeito no seu tratamento. No contexto do TEA, dados os níveis de suporte, ou seja, o fato de depender do auxílio externo e até mesmo a necessidade, em alguns casos, de comunicação alternativa, a voz e por sua vez as vontades dos autistas são de forma violenta desconsideradas no processo de intervenção, tanto pela rede de suporte quanto pelos profissionais atuantes. Em Junior (2024), são discutidas as práticas compassivas em ABA de forma a evitar a presença de ações coercitivas, incentivando a participação do aprendiz e de sua família na tomada de decisões.

Frente ao contexto vigente, é possível inferir que terapias integrativas sem uma base metodológica e sem escopo teórico-prático bem fundamentados estão mais

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

suscetíveis a produzir riscos, uma vez que não havendo controle de variáveis, como ocorre na ABA, e sem a obrigação legal de alcançar resultados comprovadamente advindos dos efeitos da intervenção, a melhora ou piora do quadro clínico pode estar sob influências diversas, e não havendo fiscalização de órgão de saúde, os serviços prestados podem, e por vezes já o são, divulgados com inverdades alegando "soluções", em sua maioria rápidas e de menor custo.

Com isso, urge a necessidade de que os serviços ofertados garantam a melhora na qualidade de vida daqueles que os usufruem, além de não gerar novos sofrimentos com promessas inválidas e contundentes com aquilo que o tratamento de fato produz nos comportamentos desses indivíduos. Portanto, aqueles trabalhadores que promovem serviços frente a práticas não regulamentadas e sem comprovação de sua efetividade, ao fazer tal escolha, sugestivamente colocam em um panorama de risco pessoas que por ventura buscam ajuda para suas angústias, ou seja, não auxiliam esse sofrimento que permeia os indivíduos e seus familiares, podendo acarretar problemas graves fruto de intervenções não baseadas em evidências.

5. Considerações Finais

Com este estudo, pretendeu-se refletir de maneira crítica acerca dos impactos da utilização de ozonioterapia e demais Práticas Integrativas e Complementares (PICS) como terapia integrativa para o Transtorno do Espectro Autista.

As PICS estão ganhando espaço no sistema de saúde brasileiro frente às grandes demandas de atendimento e as diversas patologias existentes. Entretanto, nem todas as práticas regulamentadas possuem evidências o suficiente para suprimir ou integrar tratamentos já consolidados, como é o caso da ozonioterapia para o Transtorno do Espectro Autista frente à intervenção ABA.

Desse modo, há de se ter cautela ao divulgar ou corroborar com a existência de soluções "milagrosas", pois as mesmas podem estar inseridas em um panorama transdiagnóstico e multidisciplinar, e ainda assim não obterem evidências científicas que justifiquem as possíveis complicações provenientes da má gestão de instrumentos e manejos em saúde.

Sendo assim, além de tratar-se de uma atuação com viés dos próprios interesses, e considerando a saúde enquanto agente promotor de qualidade de vida,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

a oferta dos serviços de ozonioterapia para sujeito no espectro do autismo pode comprometer a integridade dos pacientes que já se encontram em um cenário permeado por adversidades e exclusão, acarretando em problemáticas ainda desconhecidas para a saúde individual e coletiva.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR.** 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Nota Técnica nº 41/2026/SEI/GQUIP/GGTPS/DIRE3/ANVISA. Atualiza o posicionamento técnico da Anvisa quanto às indicações e finalidades de uso de dispositivos médicos emissores de ozônio. Brasília, DF, 2026.

BARBOSA, T. M. K., FURCIN, H. C., ZANON, R. B. Avaliação do perfil comportamental de crianças com Transtorno do Espectro Autista e/ou Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. In: SOUZA, Felipe Maciel dos Santos; FERREIRA, Paulo Roberto dos Santos (org.). **Ciências do comportamento: questões atuais, desafios e possibilidades (vol. 2)**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 153-176.

BERNARDES, V. H. Obrigação de meio e obrigação de resultado: entenda a diferença e sua importância na responsabilidade civil. **Jusbrasil**, 2026.

BRASIL. Lei nº 14.648, de 4 de agosto de 2023. Autoriza a ozonioterapia no território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 971, de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília, DF, 2006.

CANDIDO, L. A. P.; ARAÓZ S. M. M. Práticas integrativas e complementares em Saúde (PICS): Uso comum dentro da comunidade autista. **SAJEBTT**, v.6, n.1, p. 244-255, 2019.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

CARDENAS, M. V.; SOUZA, F. M. S. O uso de tecnologias para o ensino de reconhecimento de emoções em expressões faciais. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, v. 12, n. 2, p. 1-19, 2026.

CELESTE, L. C.; PEDRA, A. C.; PICINATO-PIROLA, M. N. C.; SOUSA, A. B. M. F.; VALE, D. C. Equoterapia, fonoaudiologia e comunicação: análise de reorganizações linguísticas em crianças com Transtorno do Espectro Autista**. Revista CEFAC**, v. 28, n. 1, e5325, 2026.

CHERNIKOVA, M. A. et al. The Brain-Gut-Microbiome System: Pathways and Implications for Autism Spectrum Disorder**. Nutrients**, v. 13, n. 12, p. 4497, 2021.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). **Nota Técnica CFP nº 23/2025: orientações às psicólogas e psicólogos sobre intervenções comportamentais com base na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no contexto específico do Transtorno do Espectro Autista (TEA).** Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2025.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Portaria nº 2.664, de 6 de março de 2026. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. **Diário Oficial da União**. 2026.

DÓREA, D. S. C.; Costa, L. A. F. Da invisibilidade à estatística: o Autismo no Censo 2022 e os desafios na inclusão escolar. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 18, n. 10, p. 1-16, 2025.

GARCIA, V. G. R.; SOUZA, F. M. S. Análise do Comportamento e Transtorno do Espectro Autista: O que se pesquisa em Mato Grosso do Sul? In: SILVA, João Roberto de Souza (org.). **Temas Contemporâneos em Psicologia: Ensino, Ciência e Profissão (vol. 8)**. Santa Maria: Bagai, 2025. p. 169-178.

JUNIOR, F. D. P. (2024). **Construindo diálogo entre Análise do Comportamento Aplicada baseada em Compaixão e a Luta Antimanicomial.** Perspectivas em Análise do Comportamento, 15(2), 226–236.

LUN, T.; LIN, S.; CHEN, Y.; ZHAO, Y.; WANG, D.; LI, L.; YU, J. Acupuncture for children with autism spectrum disorder: a systematic review and meta-analysis. **Medicine**, v. 102, n. 8, e33079, 2023.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

MATOS, B. G.; LEITE, M. C. F.; FERRAZ, T. S.; SOUZA, F.M.S. A produção sobre Transtorno do Espectro Autista: Um Estudo de caso em anais de eventos na Grande Dourados (MS). **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 15, n. 1, 246-261, 2023.

MATOS, D. C. **Ozonioterapia em saúde: revisão de literatura**. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biomedicina) - UNISAGRADO, Bauru, 2022.

MIZAEL, T. M.; RIDI, C. C. F. Análise do comportamento aplicada ao autismo e atuação socialmente responsável no Brasil: Questões de gênero, idade, ética e protagonismo autista. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, v. 13, n. 1, 54–68, 2022.

MOURA, N. B.; SILVA, R. P. Projeto de musicalização com autistas em uma instituição filantrópica. In: SOUZA, Denise de Matos Manoel; SOUZA, Felipe Maciel dos Santos (org.). **A Psicologia em Dourados-MS: Múltiplos olhares.** Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p. 71-81.

PEROSA, D. P. A.; GOBO, M. E. S. T.; SOUZA, F. M. S. (2024). O que analistas do comportamento têm pesquisado no Brasil sobre transtornos alimentares (1999-2023). In: ALMEIDA, Denise Mesquita de Melo; SOUZA, Felipe Maciel dos Santos; ANDRADE, Gabriela Rieveres Borges; ZANON, Regina Basso; PIRES, Sanyo Drummond (org.). **Experiências formativas e pesquisas: a psicologia no sul de Mato Grosso do Sul (vol. 2)**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 93-103.

POZZI, C. M.; RIESGO, R. S.; ASSUMPÇÃO JUNIOR, F. B. Revisiting the history of autism before Kanner and Asperger: a tribute to Grunya Sukhareva. **Arquivos De Neuro-Psiquiatria**, v. 82, n.8, s00441788269, 2024.

SOARES, A. C. S.; SANTANA, H. T. M. Práticas integrativas e complementares no tratamento do transtorno do espectro do autismo: uma revisão narrativa. **Revista Observatorio de la Economia Latinoamericana**, v. 23, n. 6, p. 01-23, 2025.

SOUZA, C.; ROCHA, N. D. G.; VIANA, G. R.; KIUCHI, F. E.; MENDONÇA, A. G.; ARAÚJO, C. R. M. D.; OLIVEIRA, G. B.; RAPAGNÃ, L. C.; SILVA, G. V. Aspectos determinantes da essencialidade da Ozonioterapia como ferramenta terapêutica integrativa e complementar inclusive em pacientes com diferentes patologias e procedimentos estéticos. **Revista DELOS**, v.17, n.53, p. 01-12, 2024.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/10/2026 - **Accepted:** 13/11/2026
Vol: 13.23
DOI: 10.66104/5en5rj73
Pages: 1-16

VAN DER LINDEN JUNIOR, H.; GADIA, C.; CUNHA, P. E. L.; KONESKI, J. A. S.; CASELLA, E. B. **Recomendações e orientações para o diagnóstico, investigação e abordagem terapêutica do Transtorno do Espectro Autista (atualização)**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Neurologia Infantil (SBNI), 2025.